

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de S. Paulo Class.: 270

Data 04/06/78 Pg.:

Funai ainda espera liberação de verbas

Da sucursal de
BRASILIA

Para cumprir o disposto no estatuto do índio que esgota, em 1978, o prazo para a demarcação de todas as áreas indígenas do País, a Funai terá que regularizar uma área total de 7.325.498 hectares com recursos provenientes de várias fontes, entre elas a Caixa Econômica Federal, que ainda não foram liberados. A maior parte dessas terras está localizada na Amazônia legal e enfrenta problemas de invasões e mesmo indefinição de limites como a Reserva de Pimentel Barbosa, no Mato Grosso, onde os índios estão sendo pressionados pelas empresas agropecuárias que se instalaram ilegalmente nas terras ocupadas pelo grupo.

Para cumprir este amplo programa, no entanto, a Funai não conta, no momento, com a verba necessária. Dos 40 milhões previstos no orçamento para 78, foram liberados apenas 10 milhões. Por outro lado, os recursos especiais da Caixa Econômica, que seriam fornecidos à Funai dentro do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social da CEF, no total de 40 milhões, estão parcialmente bloqueados, impedindo o desenvolvimento dos trabalhos.

Além da verba orçamentária, a Funai tinha previsto a aplicação de recursos da Caixa Econômica, do Polamazônia, do Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas (FIDAE), do PIN e do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Funai, no total de Cr\$ 168,5 milhões sendo que Cr\$ 97 milhões seriam destinados ao trabalho de demarcação e regularização de terras indígenas.

Em decorrência desse quadro, embora o presidente do órgão, general Ismarth de Araújo Oliveira, prefira adotar uma posição de otimismo, técnicos indígenas e o Conselho Indigenista Missionário acreditam que não será possível cumprir o limite de cinco anos para a reali-

zação de todo o trabalho de delimitação e demarcação previsto no estatuto.

A partir de 1973, quando foi intensificada a identificação das áreas indígenas foram demarcados 11.730.793 hectares, atingindo 44 áreas indígenas. No entanto, embora a Funai tenha fornecido dados indicando o término do trabalho nessas áreas, o Parque Nacional do Xingu, por exemplo, que ocupa uma área de 2.800.000 hectares, foi apenas parcialmente demarcado. A área norte do Xingu continua conflituada, pois diversas fazendas invadiram as terras indígenas, ao longo do rio Sula Missu. Só agora, com o início do período da seca, será possível o prosseguimento do trabalho, segundo informou o diretor do Parque, Olimpio Serra.

Outras áreas, como a de Pimentel Barbosa, poderão sofrer alterações de seus limites. Nessa reserva, constatou-se agora que houve má fé por parte da comissão especial formada no Ministério do Interior para estabelecer os seus limites. Foi, inclusive, aberto um inquérito para apurar as irregularidades e, tudo indica que os índios poderão ter aumentada a sua reserva, atualmente com 215.689 hectares.

Outras áreas, de acordo com a precisão da Funai não chegarão a ser demarcadas, mas tão somente delimitadas. É o caso da reserva dos índios waimiri-atroari, que ocupará uma grande área de 2.074.400 hectares e do Parque do Tumucumaque, com 2.800.000 hectares. Também poderá ficar apenas no papel a demarcação de uma reserva para os índios kalapó, no sul do Pará. A ideia do presidente do órgão era de criar uma grande reserva de 2.738.859 hectares nessa área, mas houve pressões de grupos econômicos, especialmente ligados a exploração de minérios, abundantes na região.

Para acelerar o processo de demarcação das terras sob sua

jurisdição, a Funai estabeleceu uma nova modalidade de criação dessa área. Anteriormente existiam postos indígenas, reservas e parques. Desde que assumiu a presidência da Funai, o general Ismarth decidiu não mais criar parques e reservas. Segundo ele, o processo exigia uma tramitação demorada sendo necessária a assinatura do presidente da República. A Funai decidiu estabelecer a categoria de "áreas demarcadas administrativamente por ato do próprio presidente do órgão". A medida, mais dinâmica do que o previsto em lei, foi encarada com desconfiança, especialmente pelos missionários católicos. Eles argumentam que, se por um lado fica mais simples criar uma área indígena, de outro fica também muito mais fácil liberar essas terras para os grupos econômicos que por elas venham a se interessar. Dentro desse espírito estão sendo implantadas as novas áreas da Funai em todo o País.

Os padres argumentam que esta portaria é bastante vulnerável, especialmente se for levada em conta a intenção de determinados setores do governo interessados na rápida emancipação dos índios brasileiros e liberação de suas terras.

Em meio às críticas dos que consideram que a Funai tem demarcado terras muito além das necessidades dos grupos tribais, a direção do órgão reafirma que os índios que não atingiram ainda um grau mais adiantado de aculturação precisam de reservas maiores para o exercício da caça e pesca. No Xingu, por exemplo, o parque com 2.800.000 hectares e habitado por cerca de mil índios, representando uma densidade de um índio para cada 2.800 hectares. Esta mesma proporção é verificada na reserva waimiri-atroari, em Roraima. A área de ocupação desses grupos, segundo os técnicos da Funai, é imensa, atingindo muitas vezes um raio de 80 quilômetros.